



Precariado: conceito em ebulição

Precariate: boiling concept

Hellen Bastos Gomes¹

orcid.org/0000-0003-0142-8140
hellenbastosgomes@hotmail.com

**Selma Suely Baçal de
Oliveira¹**

orcid.org/0000-0001-6765-4568
selmabacal@ufam.edu.br

Recebido em: 18/2/2020.

Aprovado em: 23/9/2020.

Publicado em: 23/12/2020.

Resumo: Este artigo advém de uma pesquisa de doutoramento e se propôs a problematizar acerca do conceito *precariado* diante das alterações no mundo do trabalho um contexto de *crise estrutural do capital*. Destaca-se que o precariado é um termo conjuntural, polissêmico e encontra-se em disputa. Utilizou-se como base autores que discutem em profundidade tal categoria: Guy Standing (2015), Ruy Braga (2013/2017) e Alves (2012/2015). A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, a partir de análise documental e resultada de pesquisa empírica, com vistas a indicar a premência do precariado e a sua relação com a Educação. Logo, indagar o precariado é dar visibilidade e significado a essa nova camada proletária que emerge no mundo do trabalho e que se encontra em plena ebulição. Por fim, afirma-se que vivemos em tempos flexíveis de direitos e nessa fluidez emerge o conceito do precariado que se encontra em maturação e está inserido no olho do furacão, no qual se revela a crise estrutural do capital.

Palavras-chaves: Crise estrutural. Educação superior. Precariado.

Abstract: This article comes from a PhD research and proposed to problematize about the precarious concept in the face of changes in the world of work in a context of structural crisis of capital. It is noteworthy that the precariat is a conjunctural, polysemic term and is in dispute. Based on authors that discuss this category in depth: Guy Standing (2015), Ruy Braga (2013/2017) and Alves (2012/2015) were used. The methodology used is of a qualitative character, based on documentary analysis and results of empirical research, with a view to indicating the urgency of the precariat and its relationship with education. Therefore, to inquire about the precariat is to give visibility and meaning to this new proletarian layer that emerges in the world of work and that is in full swing. Finally, it is affirmed that we live in flexible times of rights and in that fluidity the concept of precariousness that is maturing and inserted in the eye of the hurricane emerges, in which the structural crisis of capital is revealed.

Keywords: Structural crisis. College education. Precariate.

Introdução

Que tempos flexíveis são essas em que vivemos? Tempos de flexibilização da organização e da gestão do trabalho de forma exacerbada. Tempos de regressão de direitos socio-trabalhistas herdados do Estado de bem-estar social cujo ápice deu-se no período fordista. Tempos em que o individualismo e a meritocracia rompem com o coletivo e fragmentam o trabalhador em *prol* de uma pretensa modernidade, ou seria pós-modernidade? Tempos inseguros. Tempos instáveis. Tempos líquidos. Tempos em que emerge o *precariado*, pois "o precariado é a "multidão" da era do capitalismo pós-moderno que incomoda as classes dominantes[...]" (ALVES, 2013, p. 89).



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

O precariado é um conceito que vem sendo discutido por alguns autores como: Guy Standing (2014), Ruy Braga (2013) e Giovanni Alves (2012), buscou-se estabelecer um marco teórico e político no Brasil, visando dar visibilidade a tal camada social. Ressalta-se que não se trata do surgimento de "novas classes", mas de uma parcela específica da classe trabalhadora, de uma fímbria, que sofre inflexões de uma conjuntura onde se exige, por exemplo, uma "super-qualificação" do trabalhador e não se assegura a inserção no mercado de trabalho, ampliando o Exército Industrial de Reserva (EIR) e exigindo desse trabalhador, em uma proporção cada vez maior, mais qualificação profissional (ALVES, 2013). Os pressupostos demonstram a necessidade de se aprofundar na discussão sobre *precariado*, *crise estrutural educação superior*.

Ressalta-se que este artigo advém de uma tese de doutorado em Educação realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no ano de 2020. Encontra-se organizado em três partes que se confluem: introdução, desenvolvimento, que aborda a *crise estrutural do capital*, bem como a intensificação do processo de precarização do trabalho, para, em seguida, adentrar ao conceito de *precariado*, com vistas a adensar a reflexão da temática central à condição de precariado, como nova camada social nas malhas do capital e, por fim, as considerações finais.

O precariado e o mundo do trabalho

As profundas alterações impostas às *classes trabalhadoras*, aparentemente permeadas pelas desordens constantes na produção e reprodução social, se devem ao avanço do neoliberalismo com suas características sutis: a tecnologia e a globalização, que há décadas vêm alterando o mundo do trabalho, e acarretam em um proces-

so de barbárie e desmantelamento da força de trabalho (ALVES, 2013).

Contudo, concorda-se com Mézáros (2005) que a introdução da robótica, da microeletrônica, ou seja, da tecnologia em si, causou e fomentou o desemprego estrutural. Todo esse rebatimento no mundo do trabalho tem como consequências a redução significativa de empregos formais, pois

[...] Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precariado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, das quais centenas de milhões tem seu cotidiano moldados pelo desemprego estrutural (FRANCO *et al.*, 2007, p. 54).

Harvey (1995), já alinhava seus escritos à configuração e à organização da gestão do trabalho em tempos da chamada "acumulação flexível", e os dividiu em dois em dois blocos: trabalhadores estáveis; e trabalhadores periféricos, ou seja, avulsos, flutuantes, subcontratados. Esse era o desenho do autor nos idos da década de 1990 e início dos anos 2000. Porém, ampliando a análise e trazendo para o tempo presente em que o acirramento das forças produtivas que provocam uma diversificação na classe trabalhadora, coloca-se a reflexão em torno da *camada social do precariado*, que se apresenta como uma pequena fímbria que flutua em torno desses grupos expressos na obra de Harvey.

É nesse cenário que emerge o *precariado*, camada social cujo conceito é polissêmico e preconiza a ascensão social por meio da "qualificação" profissional. Na medida em que o *precariado* vai se constituindo e se caracterizando, vários autores o conceituam. Porém, ancora-se no posicionamento de Giovanni Alves (2013), que realizou descrição precisa de algumas camadas que compõe as frações do proletariado, delimitando, assim, o precariado.

Quadro 1 – Distinção do precariado: frações do proletariado

PRECARIADO	PROLETARIADO ESTÁVEL	PROLETARIADO PRECÁRIO	PROLETARIADO ADULTOS COM MAIS DE 40 ANOS
São jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos trabalhos precários.	Assalariados "estáveis" em sua maioria organizada em sindicatos ou organizações profissionais e que tem acesso a benefícios e direitos trabalhistas, com perspectiva de carreira profissional e consumo.	Possuem baixa escolarização e pouca qualificação profissional que caracterizou amplamente o proletariado industrial e de serviços no século XX.	Possuem alta qualificação profissional, encontra-se desempregado ou inseridos em vínculos de trabalhos precários.

Fonte: Adaptado pela pesquisadora com base em Alves (2007, 2013).

O Quadro 1 faz distinção dos conceitos pensados por Alves (2007), e essas diferenciações leva-nos a um questionamento: o *precariado* está realmente constituído nas malhas do processo de formação do proletariado? Essa discussão é legítima e permite-nos ampliar o conceito do proletariado em sua análise clássica para introduzir a nova camada que é considerada "filhos da classe média", que busca mecanismo de sobrevivência dentro do sistema do capital e se submete às condições de subalternidade por meio da precariedade do emprego.

Alves (2012) elucida que o *precariado* são jovens empregados e desempregados no mundo do trabalho, recém-graduados e com alto nível de escolaridade, mas que não conseguem inserir-se em relações laborais estáveis. Essa camada tem em seu bojo a apartação da cidadania e da relação do emprego estável, sem proteção da seguridade social, sem estabilidade e sem *status*, vivem a precariedade salarial, pois seus empregos não lhes proporcionam condições de vida e possibilidade de futuridade.

O cenário de insegurança de fragilidade no mundo do trabalho promove um contexto de precarização crescente, já que o desemprego estrutural é crescente em nosso País. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad), no Brasil, tem-se 14,2 milhões de desempregados no período de janeiro, fevereiro, março de 2017, número 14,9% superior ao trimes-

tre imediatamente anterior (outubro, novembro e dezembro de 2016) – o equivalente a 1,8 milhões de pessoas a mais desocupadas em nosso País, o que se constitui em uma situação alarmante.

São homens e mulheres acatando os imperativos do capital, como um produto em uma vitrine, uma mercadoria exposta. Em tempos de crise estrutural, ofensiva neoliberal e reestruturação da produção, dos mercados e do trabalho, se constitui em um "canto da sereia", fazendo com que essas pessoas se apresentem como meros sonhadores, iludidos, alheios a esse movimento que avilta a vida humana em condições e proporções alarmantes.

Expondo-se, vendendo-se e comercializando-se por uma oportunidade de emprego ou subempregos, tendo em seu perfil ou currículo, diversas formações que não se constituem em sentidos, em realizações, somente em busca por uma inserção, mirando a tão sonhada ascensão social, pessoas que vivem a ser seduzidas pelo Mito de *Hypnos*, que lança sua filha *Phantasia* a distribuir sonhos aos acordados, só que ela era criadora de monstros e devaneios.

Se nos países de capitalismo maduro isso já é visível, real e concreto, nos países de capitalismo tardio, como é o caso dos países da América Latina, cujos trabalhadores têm incorporado sua condição de proletariedade de forma tardia e descompassada, no "[...] Brasil, a precariedade da reprodução da força de trabalho é uma caracteris-

tica estrutural do fordismo periférico que continua presente ainda hoje" (BRAGA, 2014, p. 40), mesmo em tempos da chamada "acumulação flexível".

O precariado tornou-se uma incógnita, busca seu espaço na sociedade do capital, sendo levado à perda de sua condição existencial, essa perda se transmuta em amargura ligada à *precarização-do-homem-que-trabalha*, pois muitos jovens/adultos são submergidos aos desencantos do capital, tornam-se alvos fáceis aos transtornos e às desordens mentais por conta dos extremos e dos limites de angústias que são sujeitados. Adoecimento que, muitas vezes, os levam a causar danos contra eles próprios e outrem.

Se o modelo de produção muda, metamorfoseia-se, se as relações sociais e suas regulações transmutam-se; se trabalho e capitais são elementos interdependentes e inconciliáveis, em tempos de capitalismo flexível sob a batuta do projeto neoliberal e que em seu cerne traz a crise *estrutural* global do capital, é lícito afirmar que o *precariado* é um fenômeno que vem alterando as malhas do sistema do capital.

O precariado: conceito em disputa

Trazendo a polêmica acerca desse conceito para o centro do debate, convida-se para o diálogo autores que discutem sobre o *precariado* a nível nacional e internacional, sendo eles: Guy Standing (2015) e Ruy Braga (2013). Vale avultar que estamos ancorados na perspectiva de Alves (2012), no entanto, é sábio trazer à baila o estado da arte no que consiste a temática em tela.

Standing (2015) afirma que o precariado vem se constituindo em diversas partes do globo terrestre, é uma "nova classe perigosa", pois ela resulta de uma fragmentação das estruturas de classe nacionais. Esclarecemos que a percepção adotada por Standing em seu conceito de precariado foge da concepção de Marx, que trabalha o pertencimento de classe, levando, assim a discussão para fora do campo da luta política e de classes.

O precariado é entendido como: "[...] flanqueado por um exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente

desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade (STANDING, 2015 p. 11)", a vivência de um novo tempo nos desmontes dos direitos sociais, a quebra do pacto social e a implantação do trabalho flexível em troca de uma ilusão de empregabilidade sem benefício ou direito. O que sobra aos trabalhadores é insegurança que rodeia essa "nova classe" e que, devido ao cenário exposto, passa a ter visibilidade e características próprias.

Atrela-se a isso, o papel do Estado de caráter neoliberal que diante desse fenômeno objetiva minimizar quaisquer ações que possam intervir na situação desses sujeitos que são "percebidos" pelo Estado como sendo: desempregados, parasitas, fracassados em contraposição a outro grupo que são concebidos como os que buscam qualificação, vislumbrando ascensão econômica, social e política.

Outro autor que se refere ao precariado é Ruy Braga (2013), Ele provocou debate a respeito do papel da classe trabalhadora e de suas metamorfoses no decorrer das mudanças políticas, econômicas e sociais no País. Afirma que se trata de um amplo contingente de trabalhadores que possuem qualificações escassas, no campo ou na cidade, admitidos e demitidos muito rapidamente, vivendo na informalidade, ou ainda, são jovens em busca do primeiro emprego.

Para Ruy Braga (2012), o precariado é visto como o moderno *proletariado precarizado*, que está em constante trânsito entre a possibilidade de exclusão e de exploração, sendo jogado ao exército de reserva como peso morto. Os menos qualificados e os mais mal pagos fazem parte do grupo que compõe o precariado, possuem mobilização política coletiva e buscam a formação da consciência política do proletariado.

Diferente de Guy Standing (2015), Braga (2012) argumenta que *precariado* não resulta apenas das orientações neoliberais, mas também da dinâmica metabólica do sistema capitalista. Faz análise do processo histórico brasileiro, da industrialização, passando pela ditadura militar até a chegada da redemocratização e da ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores e, consequentemente, de Lula em meados do século XXI.

Salienta que a massa precarizada advém dos

campos (processo migratório) e das cidades, além de ser atraída pela possibilidade de ter acesso aos direitos sociais e trabalhistas, devido à "onda" das pressões de cunho sindicalista-populista que alimentava o modelo periférico do fordismo impulsionando o jovem *precariado* migrante, que de alguma forma "bloqueou" o aparecimento da consciência de classe operária.

Dessa receita neoliberal Braga (2012, p. 195) entende por *precariado* como: "[...] trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquilificados, precarizados, sub-remunerados (recebendo, em média 1,5 salários-mínimos) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva." Logo, a revolta do *precariado* está intimamente ligada com os ganhos de produtividade, que em um país periférico como Brasil se organizou de forma reversa, onde o salário não se equiparava em nada com o movimento de acumulação, ou seja, mesmo com os reajustes, não houve superação da desigualdade social tão pouco a mobilidade, com perspectiva de ascensão social, levando assim, a uma frustração social.

O proletariado moderno vem se estabelecendo nos países de capitalismo avançado e se consolidando nos países periféricos do sistema, tendo como base o fordismo periférico até a chegada do neoliberalismo da chamada acumulação flexível (HARVEY, 1992) e a intensificação da precarização do trabalho, como o processo de mundialização do capital em sua fase superior a do imperialismo (LÊNIN, 1985).

Porém, Alves (2012) dissente desses posicionamentos, visto que essa camada é bem delimitada e se diferencia do proletariado industrial, possuindo, assim, categorias distintas, quais sejam:

✓ Juventude – o precariado é uma camada social constituída pela juventude. Esta é a percepção imediata da categoria: trata-se de um fenômeno social de classe predominantemente juvenil. Em termos de faixa etária podemos estabelecer o seguinte: dos 18 aos 35 anos de idade podem ser considerados jovens-adultos. Não se trata de demarcações biológica, mas sim sócio-cultural [...].

✓ Escolaridade – o precariado é uma camada social constituída por jovens-adultos altamente escolarizados. Não se trata meramente de escolarização formal, mas sim de um tipo específico de escolarização que propicia a formação de expectativas de inserção social de inserção ocupacional de qualidade capaz de garantir a realização dos anseios e sonhos da civilização burguesa: carreira profissional, consumo e família.

✓ Inserção salarial – o precariado é a camada social inserida em atividades salariais precárias. [...] A frustração das expectativas se realiza com a inserção precária no mercado de trabalho. [...] trata-se uma inserção precária nas relações de trabalho e de vida: trabalha precário e vida precária no tocante à reprodução social (o precariado está imerso na precarização dos serviços públicos de educação e saúde, sendo manipulados intensamente pelo consumo, produção e política) (ALVES apud CARVALHO, 2014, p. 232).

Nota-se que, o precariado é composto pelo cruzamento de três elementos que os caracterizam, quais sejam: a) ordens geracional; b) educacional; e c) salarial. Logo, o *precariado* é progressista e provoca mudanças que perpassam inexoravelmente pela Educação, em especial, na educação superior, que o leva a despertar a ideia de futuridade, pondo todas as suas expectativas na carreira e na possibilidade da ascensão social (ALVES, 2012).

No emaranhado conceitual acerca do precariado colocam-se em destaque os principais teóricos que o discutem: Standing (2012), Braga (2013) e Alves (2012). Eles divergem e convergem de forma clara e distinta, conforme síntese expressa no Quadro 2:

Quadro 2 – Conceito em plena disputa: precariado

AUTORES	CONCEITOS	PONTOS CONVERGENTES	PONTOS DIVERGENTES
Guy Standing (2015)	[...] o precariado é uma <i>classe-em-formação</i> , se não ainda uma <i>classe-pa-ra-sí</i> , no sentido marxista do termo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem expectativa de futuridade; 2. Em busca de ascensão social; 3. Inserção precária nas relações de trabalho; 4. Precarização existencial; 6. Precarização do trabalho. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não pertence ao proletariado; 2. São Apolíticos; 3. Formam uma nova classe social; 4. Pouca qualificação; 5. Variedades de faixa-etária.
Ruy Braga (2013)	o precariado, isto é, o <i>proletariado precarizado</i> . [...] em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícola.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inserção precária nas relações de trabalho; 2. Fazem parte da classe trabalhadora; 3. Precarização do trabalho. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proletariado precarizado; 2. Possuem capacidade de mobilização coletivamente; 3. Jovens e não jovens não qualificados ou semiquilificados; 4. Trabalhadores urbanos e rurais.
Giovanni Alves (2012)	São jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos trabalhos precários.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não apresentam expectativa de futuridade; 2. Em busca de ascensão social; 3. Inserção precária nas relações de trabalho; 5. Precarização existencial. 4. Fazem parte da classe trabalhadora; 5. Precarização do trabalho. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Jovens/adultos altamente escolarizados; 2. Entendido como uma camada social do Proletariado; 3. Empregados ou desempregados; 4. Pouca formação política.

Fonte: Adaptado pela autora com base em: Guy Standing (2015); Ruy Braga (2013); Giovanni Alves (2012).

Os tempos hodiernos são tempos flexíveis e nessa fluidez do tempo presente emerge o conceito precariado que se encontra em maturação, visto que ele está inserido no olho do furacão, no qual se revela a crise estrutural do capital. Porém, concordamos com a perspectiva de Alves (2012), para quem a "nova" dinâmica do mercado de trabalho, ou melhor, a morfologia do trabalho vem sendo sentida por uma parcela da população, principalmente, por conta dos altos níveis de desemprego e/ou trabalhos precários.

Para tanto, refletir acerca dessa relação Educação vs. precariado, bem como edificar um conhecimento que possibilite desvendar as tramas da crise estrutural do capital, sob a batuta neoliberal, com vistas a arquitetar estratégias de

luta, é uma *tarefa urgente*, pois somos cientes de que só se constrói "uma história de lutas e de resistência, apostando no futuro, mas entendendo que ele se constrói agora, no presente" (RAICHELIS, 2010, p. 770).

O precariado e a Educação

A sociedade capitalista em sua essência tende a transformar tudo em mercadoria. Logo, a Educação torna-se foco dessa mercantilização, em particular a educação no nível superior, visto que, com a reestruturação produtiva, a saída da crise se daria via fusões de capital, cujo objetivo é um ganho maior na divisão da fatia no mercado, essa fase, como diria Harvey (2001), é entendida como concentração do capital, ou seja, *imperialismo*.

Discutir essa relação é de extrema importância nos tempos atuais, visto que na atualidade e sob o toque do neoliberalismo, a “[...] A qualificação (escolaridade e formação profissional) se transformou no fetiche capaz de romper esse processo. Somas vultosas estão sendo gastas no mundo inteiro para requalificar trabalhadores” (SEGNINI, 2000, p. 77). Sabe-se que para o capital é necessário manter o exército de reserva visando continuar acumulando. Logo, a educação se tornou um mecanismo para concretizar tal acumulação, pois nem todos consignaram adentrar no mercado de trabalho.

Quando nos referimos à camada de jovens/adultos que dá forma e corpo ao precariado encontramos um sistema laboral que possui algumas características peculiares, e que se relaciona com o trabalho na sua forma flexível, bem como com a educação superior em tempos de contrarreforma. Vejamos os dados:

- a) **Diversificação institucional visando flexibilizar a formação superior subordinada à lógica do mercado:** segundo dados do Mapa do Ensino Superior (2016), em 2014, no Brasil, havia **1.708** Instituições Mantenedoras de Ensino Superior, sendo **1.506** privadas e **202** públicas (e cada mantenedora pode possuir uma ou mais de uma Instituição de Ensino Superior). No entanto, em 2014, o setor da educação de nível superior decresceu cerca de 1% totalizando 2.368 instituições: **2.070 IES privadas e 298 públicas;**
- b) **A intensificação da modalidade do Ensino à Distância (EAD) em todos os níveis:** segundo dados do Mapa do Ensino Superior (2016), as matrículas nos cursos de nível superior a distância registraram, de 2009 a 2015, um crescimento de **66%**, sendo um aumento de **90%** na rede privada e uma queda de **26%** na rede pública. No período de 2014 a 2015, o crescimento na rede privada chegou a 5,2% (1,2 milhão de matrículas para 1,26 milhão). No entanto, na rede pública ocorreu uma queda de 7,9% nas matrículas (**eram 139 mil em 2014 e reduziram para 128 mil em 2015**);

- c) **Emerge o professor-tutor, professor empreendedor:** o Censo ead.br 2016 contabilizou 561.667 alunos em cursos regulares totalmente a distância, 217.175 em cursos **regulamentados semipresenciais, 1.675.131** em cursos livres não corporativos e **1.280.914** em **cursos livres corporativos.**

Esse retrato da nova morfologia do trabalho expressa a *crise estrutural do capital* em tempos neoliberais que permeia o mundo do trabalho e vem ao encontro das mudanças e da flexibilização na Educação, em especial do ensino superior. Essas características dão tonalidade à discussão e agudizam a precariedade salarial, impondo à juventude a busca por escolarização atrelada ao sonho por alcançar a ascensão social e econômica, induzindo, assim, ao *fetiche* do consumo.

O discurso vigente sinaliza que a ascensão social é possível por meio do acesso ao ensino superior. Esse se tornou o caminho para futuramente, bem como a ter acesso a bens de consumo. Diante disso, argumenta-se que o acesso ao ensino superior a essa parcela da juventude precária, possui características:

- 1) Constituição de um sistema universitário de graduação e pós-graduação que se ampliou [...];
- 2) a vigência de um novo mercado de trabalho incapaz de absorver o contingente de licenciados à altura de suas perspectivas [...];
- 3) vigência do capitalismo manipulatório com sua ideologia farsesca do capitalismo de bem-estar, organizada em torno da perspectiva de compatibilizar o incompatível: economia de mercado nas condições da mundialização financeira e bem-estar social numa sociedade democrática de direitos (ALVES, 2013, p. 243).

Alves (2013) apresenta um conjunto de características que dão forma a essa juventude precária na atualidade, a partir da ampliação do ensino superior, com forte ênfase no período de 2003 a 2014, e que criou um contingente de jovens altamente escolarizados e com expectativas de futuro em um contexto de *crise estrutural do capital*, de Estado reduzido sob o aporte neoliberal, não serão absorvidos de forma linear ou automática no mercado de trabalho com a segurança salarial do período fordista sob o ideário keynesiano.

Essa expansão e acesso à escolarização, é uma farsa do capitalismo manipulatório, pois, em tempos de redução de Estado, em tempos de fábrica enxuta, a perspectiva de emprego em massa em uma economia de mercado mundializada é uma farsa, uma tragédia. Sguissardi (2008) afirma que o capital com intuito de acumular viu na expansão da educação superior a possibilidade de ampliação no setor privado, consagrando o processo de mercantilização da educação superior.

Carvalho (2013) ressalta que as empresas educacionais passaram a adotar novas estratégias em face da concorrência acirrada promovida pelo recente surto expansivo nos anos de 1990, possibilitando, desse modo, a oferta de modalidades de ensino com menor prestígio acadêmico como: cursos sequenciais, a distância, de extensão e de pós-graduação *lato sensu*. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (2000):

Em 1998 havia, no País, 2,1 milhões de alunos frequentando cursos de graduação. Incluindo os cursos de extensão, os sequenciais e os de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), o número total de alunos no ensino superior atingiu, naquele ano, 2,7 milhões. A maioria dos estudantes dos cursos de graduação estava nas instituições privadas (1.321.229); e se distribuíam, em seguida, pelas públicas federais (408.640), estaduais (274.934) e municipais (121.155).

E, como essa concentração se dá na educação superior? No que se refere às fusões e às aquisições que dão formas às organizações educacionais em nosso país e que possuem ações na Bolsa de Valores ou então parcerias com capital internacional, destacamos a Kroton Educacional S/A, a Anhanguera Educacional Participação S/A, a Estácio participações e o Sistema Educacional Brasileiro S/A (SAMPAIO, 2011). Esse processo de fusões vem como resposta à *crise estrutural do capital* que busca novos nichos de investimento e de mecanismo de superação dela, no caso desse estudo na educação superior, liquefazendo-a em um negócio lucrativo.

De acordo com Harvey (2016, p. 218):

[...] além disso, quando tudo - absolutamente tudo - é mercantilizado e monetizado, há um

limite além do qual esse processo de expansão não conseguiu prosseguir. É difícil precisar se chegamos a esse limite, mas quase quatro décadas de estratégias neoliberais de privatização já fizeram muito, e em muitas partes do mundo não sobrou muita coisa para privatizar e cercar.

Privatizar, mercantilizar, expandir e acumular são tidos como receiptuário neoliberal. O limite do capital está sem controle, visto que a expansão da educação superior em nosso país se apresenta de forma "tímida" no setor público, porém, ampliada no setor privado, em sintonia com a lógica de acumulação e de reprodução do capital. Trazendo em seu avesso a redução de financiamento, "as Instituições de Ensino Federais – IFES e apresentando uma gama de oferta de financiamento as IES privadas, no sentido de incentivar a lucratividade para esse setor" (SGUISSARDI, 2006, p. 54).

Corroborando com a afirmativa, Carvalho (2013, p. 766), assevera que: [...] no Brasil, o fenômeno de mercantilização acentua-se no final da década de 1990, no bojo do processo de globalização e de disseminação das tecnologias de informação." Sendo potencializado, ou melhor, ampliado nos anos 2000, período em que a educação começa a se apresentar como um nicho promissor para a acumulação do capital.

Exposto isso, os organismos internacionais passam a fazer recomendações acerca da política educacional nos países da América Latina, sob o discurso de uma pretensa modernização, dando um pontapé a uma reengenharia educacional no Brasil, onde a Educação passa por um processo de "democratização" sob ênfase da esfera privada.

O discurso em voga é que ampliar o acesso, sem se preocupar com a qualidade, permitirá que segmentos de nossa sociedade alcancem a ascensão social por meio da inserção no ensino superior. Alves (2012, p. 38) adverte que: "[...] a condição social de estudante é hoje uma condição precária, aliada à organização das escolas se tornaram verdadeiras máquinas de moer gente – no sentido em que elas incorporaram alunos e professores, a lógica do espírito do toyotismo".

A busca pela escolarização mercantilizada leva o jovem/adulto a não perceber que isso tende

a conduzir a um tipo de *fetichismo*: da realização profissional que advém do ideário da social-democracia cujo trinômio consistia em educação, emprego e consumo (ALVES, 2013). Os tempos são outros e esse trinômio não se sustenta devido ao desemprego estrutural e à redução do Estado. Assim, o jovem/adulto tende a investir em sua escolarização sem perceber que seu diploma não terá o mesmo valor de oportunidades, levando-os ao desencanto e à perda da futuridade.

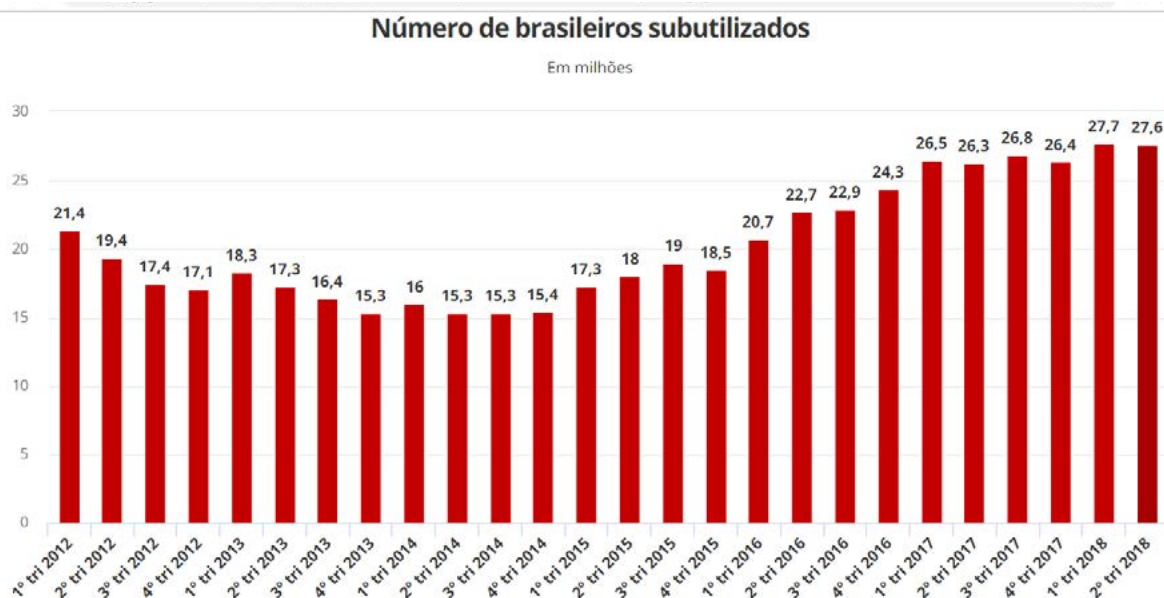
A alta escolarização por si mesma não possibilitará a entrada do jovem/adulto no mundo do trabalho e/ou em empregos estáveis e com seguridade social. Emerge uma tendência que significativas parcelas de jovens/adultos se sentem sem alternativas após terminar seu curso de graduação. O futuro almejado não chega, restando-lhe continuar indo em direção de complementar sua formação por meio da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, até a partir de

uma segunda ou terceira graduação, no intuito de obter mais condições de adentrar, ou melhor, se inserir no mercado de trabalho.

Alves (2013, p. 247) afirma que a educação do precariado está ligada à: “[...] necessidade de fazer especialização ou aprimoramento – como eles dizem. Enfim, uma pós-graduação capaz de lhes garantir a dita “empregabilidade”: [...] “Para ter um bom emprego, você precisa estar se atualizando, continuar se aprimorando, para ter uma boa oportunidade.”

Alongar o tempo de escolarização é visto pela camada do proletariado como a saída do desemprego ou da desocupação, pois, segundo os dados do mercado de trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², entre os trabalhadores com faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. O IBGE divulgou números absolutos sobre os brasileiros subutilizados (Gráfico 1)³:

Gráfico 1 – Taxa de brasileiros subutilizados, 2012 a 2018



Fonte: IBGE, 2019.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

³ Quem são considerados trabalhadores subutilizados e quantos estavam nessa condição no 2º trimestre de 2018: a) 13 milhões de desempregados: pessoas que não trabalham, mas, procuraram empregos nos últimos 30 dias (no 1º trimestre, eram 13,7 milhões); b) 6,5 milhões de subocupados: pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana, mas, gostariam de trabalhar mais (no 1º trimestre, eram 6,2 milhões); c) 8,1 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas, não trabalham (força de trabalho potencial; d) no 1º trimestre, eram 7,8 milhões: grupo que inclui 4,8 milhões de desalentados (que desistiram de procurar emprego) e outras 3,3 milhões de pessoas que podem trabalhar, mas, que não têm disponibilidade por algum motivo, como mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos.

Os dados são alarmantes visto que o número de pessoas desocupadas, subutilizadas ou desempregadas se aproxima dos 27,6 milhões. Esse sentimento de insegurança leva os jovens a permanecerem nas universidades se afastando do mercado de trabalho. Tal cenário impulsionou o questionamento aos coordenadores pesquisados para verificar a inserção dos discentes no mercado de trabalho.

A competição imposta pelo capital induz os jovens/adultos a buscar mais escolarização. Para isso, eles vão ao mercado da Educação buscar habilidades e competências, como forma de se inserir, além do medo do desemprego. Futuridade, expectativas, emprego estável, proteção social do trabalho são características que, em tempo de precarização do trabalho face ao capital, começam a ter um processo de desmonte, visto que o mundo do trabalho se transformou e passou por um processo profundo de reestruturação da produção, dos mercados e da organização e da gestão da força do trabalho.

Fragiliza-se a Educação, aligeira-se a formação e, com isso, compromete-se a função principal da educação: ser fundamental para a formação de uma cidadania crítica em contraposição a uma cidadania de consumo. Por isso que ao vincularmos Educação ao "trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a "ilusão de desenvolvimento" (ARRIGHI, 1997, p. 40) "sem alterar a ordem social desigual" (SEGNINI, 2000, p. 80).

Considerações finais

O trabalho está em mutação. A classe trabalhadora encontra-se em mutação. O mundo do trabalho passa por mudanças profundas. As certezas se desmontam. O reino agora é das incertezas, da fluidez, do efêmero, onde se institui a "cultura do descartável", a espalhar-se na vida social, reconfigurando as formas de sociabilidades contemporâneas: descartabilidade de objetos, de relações, de pessoas e, especificamente, de homens e mulheres trabalhadores (as)" (CARVALHO, 2014, p. 227).

Falar do conceito *preariado* não se trata de

modismo ou de decretar o fim do trabalho. O debate acerca da camada do *preariado* perpassa por um desenrolar histórico, discuti-lo nos remete a compreensão do real, do concreto, ou seja, do *trabalho*, da *precarização* e de suas *metamorfoses*, uma vez que argumentações críticas são necessárias para compreender a corrosão das condições de trabalho.

Aprofundar a compreensão do *preariado* em tempos flexíveis nos levará a compreender seu papel dentro das malhas do capital, e sua visibilidade construída conceitualmente, demonstrando a relação com a Educação, ou melhor, com a expansão do ensino superior. E é em um contexto de crise que se demanda uma educação para além do capital, tencionando a saída do epicentro do furacão.

Dessa forma, é indispensável realizarmos as aproximações das novas configurações da classe trabalhadora com o conceito do *preariado* na cena contemporânea, pois ao trabalhador contemporâneo, no processo de inserção no ensino superior, vende-se um discurso da qualificação, por meio da educação, com vistas à inserção ao mercado de trabalho, contudo essa é, por vezes, residual, provisória e precária.

Por fim, desmontar esse discurso, e despir essa "ilusão" junto à classe trabalhadora, só será possível se problematizarmos de forma crítica o mundo do trabalho, por meio da economia política para assim visualizarmos a emergência do *preariado* não como uma "nova" classe social, mas como expressão fenomênica desse processo na atualidade.

Referências

- ALVES, Giovanni. *O enigma do preariado e a nova temporalidade histórica do capital parte I*. São Paulo, 14 maio, 2012. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2012/05/14/oenigmadopreariadoeovanovatemporalidadehistoricadocapitalparte1>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da Precarização do Trabalho*. Ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.
- ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elísio (org.). *Trabalho, juventude e precariedade*: Brasil e Portugal. Bauru: Canal 6, 2013.
- ARRIGHI, Geovanni. *A ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRAGA, Rui. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do *call center*. *Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS)*, [s. l.], n. 103, p. 25-52, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5532>. Acesso em: 18 nov. 2019. <https://doi.org/10.4000/rccs.5532>.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A Precarização Estrutural do Trabalho na Civilização do Capital em Crise: O Precariado como Enigma Contemporâneo. *Revista Política Pública*, São Luís, Número Especial, p. 225-239, jul. 2014. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18nEp225-239>.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18 n. 54 jul./set. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300013>.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Anuário da Saúde do Trabalhador*. 2015. São Paulo: DIESSE, 2016.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. saúde ocup.*, v. 35, n. 122, p.229-248, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>.

HARVEY, David. *Condição Pós-Mordena*. São Paulo: Loyola, 1995.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editora, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2000*. Brasília: Inep, 1988. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 nov. 2019.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAMPAIO, Helena. *O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações*. *Revista Ensino Superior*, São Paulo, p. 28-43, 14 out. 2011.

SEGNINI, Líliliana Rolfsen Petrilli. *Mulheres no trabalho bancário*: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo, Edusp, 1998.

SEMESP. *Mapa do Ensino Superior 2016*. São Paulo: SEMESP, 2016. Disponível em: <http://convergencia.com.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2016.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 29, n. 105, p. 991-1.022, dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2006. p. 45-57.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-18.

Hellen Bastos Gomes

Doutora pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em Manaus, AM, Brasil. Professora Substituta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, AM, Brasil.

Selma Suely Baçal de Oliveira

Doutora pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, AM, Brasil.

Endereço para correspondência

Hellen Bastos Gomes

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200, IFCHL (bloco B, sala 04)

Coroado I, 69067005

Manaus, AM, Brasil

Selma Suely Baçal de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200, FACED (bloco D, sala 02)

Coroado I. 69067-005

Manaus, AM, Brasil.